



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1372/12	DATA: 30/10/2012
INÍCIO: 15h00min	TÉRMINO: 17h03min	DURAÇÃO: 02h03min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 2h22min	PÁGINAS: 47	QUARTOS: 29

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MIRIAM BELCHIOR – Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

SUMÁRIO: Debate e esclarecimentos acerca da Proposta Orçamentária para 2013.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve falha na gravação.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Declaro iniciada a 5ª reunião de audiência pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada com a finalidade de ouvirmos a Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Miriam Belchior, que já está aqui à mesa conosco, acompanhada da Sra. Célia Corrêa, Secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento a quem, desde já, agradeço a presença nesta audiência pública.

Quero convidar para compor a Mesa o Relator-Geral do Orçamento de 2013, ilustre Senador Romero Jucá, e o Relator da Receita do Projeto de Lei Orçamentária, o colega não menos ilustre Cláudio Puty, Deputado do PT do Pará.

Quero dizer aos senhores e às senhoras que esta Comissão abre um debate inédito com a sociedade sobre a Lei Orçamentária de 2013.

O Congresso Nacional, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, através do Portal e-Democracia, portal oficial de interação da Câmara dos Deputados, está possibilitando neste ano um amplo processo de acompanhamento e participação da sociedade em todas as etapas de elaboração da Lei Orçamentária. Já foi assim quando da discussão da LDO, mas aprofundamos essas ferramentas e qualquer cidadão poderá trocar



ideias, experiências, sugerir novas redações ao texto da lei, emendas, podendo, ainda, enviá-las aos Parlamentares e, ao mesmo tempo, participar do debate.

Hoje mesmo, com a pauta eletrônica, os senhores e as senhoras terão, em tempo real, um *chat* sobre a audiência pública em que a sociedade poderá participar e encaminhar aos senhores e às senhoras sugestões, perguntas e encaminhamentos, também através do Facebook, do Twitter e de outros mecanismos.

Informo também aos senhores que receberão em seus *e-mails* institucionais sugestões de emendas encaminhadas pelos cidadãos, que poderão ou não ser acatadas,; sugestões de emendas de bancadas, de Comissões. Faremos depois uma reunião específica com os sub-relatores, com a nossa equipe do e-Democracia.

Agradeço aqui ao Dr. Luiz Antônio, que nos prestigia, ele que tem sido um grande expoente dessa inovação na relação do nosso Parlamento com a sociedade; e ao Cristiano que coordena o portal e-Democracia.

Quero dizer aos senhores também que existe já um debate aberto há vários dias, onde estamos recebendo perguntas, sugestões. Algumas perguntas que foram encaminhadas pela sociedade serão hoje feitas diretamente à Ministra, que estará respondendo a perguntas encaminhadas por cidadãos de todo o Brasil sobre temas relevantes relativos à Lei Orçamentária e ao País.

Então, eu considero isso um fato extremamente positivo. Saúdo aqui todos que se dedicaram para que nós pudéssemos hoje estar inovando nesse sentido.

Para melhor ordenamento dos trabalhos, comunico que, de acordo com o estabelecido no art. 398, incisos IX e X, do Regimento Interno do Senado Federal, a palestrante disporá de 30 minutos para fazer a sua exposição, só podendo ser aparteadada desde que permita.

Conforme ainda estipula o art. 398, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, os Srs. Parlamentares inscritos para interperlar a expositora poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 5 minutos, tendo a interpelada igual tempo para responder, facultadas réplicas e tréplicas pelo prazo de 2 minutos.

Informo ainda aos senhores e às senhoras que já se encontra aberta a lista de inscrição para o debate, podendo o interessado dirigir-se à nossa amiga Socorro, Secretária Executiva desta Comissão.

Alguma questão preliminar?

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA -Presidente, peço a V.Exa. a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Deputado Duarte Nogueira.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, queria fazer uma consulta a V.Exa. A Ministra Miriam Belchior tem a palavra por 30 minutos; em seguida, V.Exa. abrirá oportunidade para os questionamentos — e, neste instante, eu já peço a minha inscrição —, mas eu consulto se os coordenadores das bancadas terão um tempo um pouco maior para poderem apresentar as indagações em relação à matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Os coordenadores normalmente têm também uma tolerância, por terem o tempo de Liderança. Vai haver bom senso por parte desta Presidência aqui, para que todo mundo possa ter o tempo adequado às suas colocações.



O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Por fim, para esclarecimento do Plenário e dos Parlamentares e assessores que não estavam na reunião anterior, V.Exa. suspendeu a reunião confirmando que não haveria mais qualquer atividade na Comissão Mista de Orçamento, a não ser esta audiência pública no dia de hoje. Indago se V.Exa. confirma isso também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Perfeitamente. Chamamos uma reunião para amanhã à tarde. Pretendemos iniciá-la tratando do relatório do Deputado Cláudio Puty, e, imediatamente, passaremos a fazer o esforço de votar créditos, já que há mais de 50 créditos aguardando para serem votados na Casa.

E alguns assuntos estão no limite do limite do razoável, como é o caso do FIES, pois o programa está praticamente parando em todo o Brasil, pela falta de recursos.

O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Imediatamente, então, senhores e senhoras, daremos início à exposição.

Ministra, é um prazer ter V.Exa. mais uma vez aqui. A palavra está à sua disposição para que possa fazer a sua apresentação inicial.

Mais uma vez agradeço a gentileza e reitero que a assessoria do Ministério tem sido muito atuante, competente. Quero aqui parabenizar, de público, toda a sua equipe pelo trabalho que tem realizado e desenvolvido junto a esta Comissão.

Muito obrigado. A palavra está à sua disposição.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigada, Presidente.

Eu queria começar cumprimentando V.Exa. pela condução dos trabalhos; queria cumprimentar também o Relator-Geral do Orçamento, Senador Romero Jucá, e o Relator da Receita, Cláudio Puty; os Relatores Setoriais, Senador Clésio Andrade, Senador Flexa Ribeiro, Senador Wellington Dias, Deputado Waldenor Pereira, Deputado Eliseu Padilha, Deputada Cida Borghetti, Deputado Augusto Coutinho, Deputado Luciano Castro, Deputado Wandenkolk Gonçalves e Senador Armando Monteiro, que são os Relatores-Setoriais escolhidos pela Comissão para a condução dos trabalhos relativos à Proposta Orçamentária de 2013.

Já cumprimentei pessoalmente a maior parte dos Parlamentares.

Agradeço, mais uma vez, a recepção.

Antes de começar a apresentação, vou aproveitar a carona que acabou sendo possibilitada pela questão levantada pelo Deputado Duarte Nogueira e, de fato, solicitar aos senhores uma especial atenção em relação aos projetos de crédito que estão aqui no Congresso.

Nós temos na Comissão Mista 52 projetos — foram enviados este ano —, e até o momento foram 4 projetos aprovados apenas. É natural, em parte, por causa do período eleitoral, mas do ponto de vista do Governo seria muito importante que houvesse essa atenção.

Nós fizemos até uma priorização dos projetos, aqueles de cujos créditos nós estamos precisando mais imediatamente, inclusive para orientar aqui o trabalho, se for possível, a partir dessa priorização feita pelo



Governo. Queria pedir a gentileza dos senhores, se puderem, de amanhã trabalhar em algum desses créditos. Seria muito importante.

Aqui o Presidente da CMO já apontou o principal deles, que é o crédito relativo ao FIES, importante política pública na área de educação. Queria agradecer de antemão a boa vontade.

Aparentemente, agora temos novidade! Conseguem ver a apresentação? *(Pausa.)* Vai ficar mais fácil, então.

(Segue-se exibição de imagens.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Essa é mais uma das nossas inovações na Comissão.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Muito bem, muito boa! Inclusive, hoje, lá na sala de reuniões da Presidenta, eu estava quase pedindo para alguém ficar atrás para eu ver, esquecendo-me de que havia uma tela em minha frente. Eu e o Guido começamos até a sorrir, porque esquecemos que havia a tela na frente, que ajuda muito.

Acredito que eu consiga fazer a apresentação dentro do período que me cabe e estarei à disposição para os esclarecimentos que os senhores considerarem necessários.

Os parâmetros que macroeconômicos que foram levados em conta para a elaboração da Peça Orçamentária, o Projeto de Lei nominado PLOA 2013, leva em conta um aumento do PIB real de 4,5%; um PIB nominal de quase 5 trilhões (4 trilhões, 973 bilhões); um salário mínimo que, com aumento, a partir da regra aprovada pelo Congresso Nacional, que tem validade até 2015, vai para R\$670,95 — ainda antes do arredondamento que todos sabemos que é necessário fazer —; e a inflação para o próximo ano, prevista em 4,5%.

Indo para o quadro seguinte, Orçamento em Grandes Números, se considerarmos a coluna da PLOA 2013, o segundo bloco de colunas, a receita primária — aqui estou falando só da primária, sem a receita financeira — é 1 trilhão, 230 bilhões — praticamente (229,5 bilhões) —; a receita administrada é 763 bilhões; a previdenciária é 314; e as outras receitas (*royalties*, dividendos, participações especiais, etc.) são quase 153 bilhões. E as transferências constitucionais são 203 bilhões, o que resulta numa receita líquida de 1 trilhão, 26 bilhões de reais.

As despesas primárias serão 943,4 bilhões. Dessas, quase 685 bilhões são as despesas obrigatórias, com uma novidade: nós, digamos assim, carimbamos, reservamos 15,2 bilhões para desonerações, parte delas anunciadas apenas após o envio da PLOA aqui ao Congresso Nacional.

As despesas discricionárias, dessa forma, montam quase 259 bilhões. A meta de resultado primário são 108 bilhões e tem aqui uma reserva, se houver necessidade de abatimento, de 25 bilhões de reais, a despeito de a LDO permitir 45 bilhões de reais. O que daria uma meta após o abatimento, se for necessário, de 83 bilhões de reais.

A Peça Orçamentária, além dos parâmetros que já apresentei inicialmente, também se dá num contexto de queda das taxas de juros. Essa redução que a Presidenta e o Banco Central têm efetuado é importante, é um elemento novo na política macroeconômica, dada a solidez fiscal que nós alcançamos e que permitiu essa redução importante na taxa SELIC.

Embaixo vê-se ela expurgada da inflação. Isso é uma marca da nossa gestão. A partir dessa nossa solidez fiscal, foi possível ter esse ganho para a economia brasileira, fundamental para alavancar entre outras coisas a nossa competitividade.



Da mesma maneira, a partir do resultado da nossa política fiscal, temos aí a evolução do resultado fiscal nominal. Como a gente pode ver, há uma redução contínua do resultado. Como a previsão deste ano caiu 1,6% de resultado fiscal; no próximo ano, com os parâmetros utilizados, a nossa expectativa, a nossa previsão é de que caia para 1%.

Da mesma maneira, a dívida do setor público como participação do PIB também tem um decréscimo consistente. A gente pode ver, saindo em 2002 de 60,4% do PIB, já em 2011, com 36,4%. A previsão de 2012 é alcançar 35%, e a de 2013 é alcançar menos de 33%, 32,7%.

Vamos aos números do Orçamento.

Aqui tanto a despesa primária quanto a financeira. São 2,14 trilhões com 34%, um pouquinho mais de um terço, para amortização da dívida; quase 20% para benefícios da Previdência e assistenciais; 11,7% para despesas discricionárias; para pessoal e encargos quase 10%, 9,7%; para transferências a Estados e Municípios quase 9,3%; para juros e encargos da dívida, 7,6%; demais despesas financeiras, 4,6%; demais despesas obrigatórias, 2,7%; e uma reserva de contingência de 0,5%.

Olhando de outra maneira esses mesmos números, a gente verifica que, dos 2 trilhões e 140 bilhões, as obrigações correspondem a 88% e as despesas discricionárias, aquelas que o Governo aloca, correspondem a 11,6% do total desses 2,14 trilhões.

Em relação às despesas discricionárias, esses 11,6%, elas correspondem a quase 250 bilhões de reais, 249,4 bilhões de reais, para ser mais exata. E o primeiro maior gasto é com a saúde, com 34%. Na sequência, o PAC com 18,2%; a Educação com 16,3%, o Brasil sem Miséria com 12,8%, a Defesa com 7,3%, a Ciência e Tecnologia, 2,.. (*falha na gravação*); e demais áreas com 8,3%.

Olhando do ponto de vista das prioridades do Governo da Presidenta Dilma, queria destacar quatro conjuntos de prioridades: o PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida, que sobem em quase 10 bilhões de reais — 9 bilhões e 709 milhões de reais —, o que corresponde a um aumento de quase 23% em relação ao ano anterior. Na Saúde há um aumento de 7,7 bi, um aumento de quase 11%; Educação 4,8 bi, um aumento de 14,4% em relação a 2012; e o “Brasil sem Miséria”, com mais 4 bilhões de aumento, ou seja, 16,3% em relação ao ano em que estamos, 2012.

Da mesma maneira, aqui temos os recursos necessários aos grandes eventos como a Copa do Mundo, os Jogos Olímpicos, os Paraolímpicos e outros grandes eventos, a exemplo da Jornada da Juventude, com a vinda do Papa ao Brasil no meio do ano que vem. São quase 2 bilhões de reais para a área de turismo e 84 bilhões para comunicações. Aqui não se trata de qualquer tipo de divulgação, mas comunicações mesmo — telefonia e outras tecnologias de comunicação, são 100 milhões de reais.

No Ministério dos Esportes são 680 milhões relativos à construção de equipamentos esportivos, fundamentalmente; e 1 bilhão e quase 50 milhões, que estão no Ministério do Planejamento, mas são recursos fundamentalmente para a área de segurança, que ainda estão sendo melhor definidos. Depois será feito um destaque para os Ministérios que os executarão, que não será o Ministério do Planejamento.

Em relação aos investimentos, serão quase 187 bilhões de reais no Orçamento Fiscal e da Seguridade juntamente com as estatais, o que corresponde a um aumento de 8,9% em relação ao ano em que estamos, 2012.



Desses 187 bilhões, 126,3 bilhões referem-se ao PAC, sendo 52,2 bilhões relativos ao Orçamento Fiscal e Seguridade, o OGU, e 74 bilhões são provenientes das estatais.

Em relação ao PAC, eu já disse, no OGU, serão 52,2 bilhões, o que significa um aumento de quase 23% em relação a 2012.

A tabela aí apresenta como foi enviado o Orçamento do ano passado, a PLOA 2012, e como está na PLOA 2013, demonstrando aí o aumento em cada um dos sete eixos do Programa de Aceleração do Crescimento.

Os números estão aí e acho que não tem sentido eu ficar recitando.

Em relação ao Orçamento de Investimento das Estatais, serão quase 111 bilhões, 110,6 bilhões, que são oriundos de várias fontes. No caso de receitas próprias, são 77,4 bilhões; 16 bilhões são relativos ao aumento de patrimônio líquido, 3,5 bilhões do Tesouro Nacional e 12,5 bilhões da controladora da estatal ou de outras estatais; 9 bilhões de operações de crédito de longo prazo, três internas e seis externas, e 8 bilhões de outros recursos de longo prazo.

A despesa correspondente, 110,6 bilhões, divide-se em ações do PAC, 74,1 bilhões, e as demais ações de investimento das estatais, que somam 36,5 bilhões.

Olhando como se distribuem pelas estatais esses 111 bilhões, temos aí a maior parte deles, 94,4 bilhões, relativa ao setor produtivo. Então, são quase 79 bilhões da Petrobras; 10 bilhões da Eletrobras e 5 bilhões das demais empresas do setor produtivo estatal.

Do setor financeiro, são quase 6 bilhões — 3,1 bilhões do Bando do Brasil, 2,3 bilhões da Caixa e 0,3 bilhão, ou seja, 300 milhões, das demais estatais públicas do setor financeiro. O total de investimentos no País, então, chega a 100 bilhões, que são investimentos no País, e mais 10 bilhões, que são investimentos da Petrobras no exterior.

Aqui, também, na sequência, a evolução do salário mínimo, com a previsão de sair de 622 reais, que é o salário mínimo em vigor, e passar para R\$ 670,95, um aumento de 7,9%, conforme, eu já disse, prevê a regra estabelecida em lei aprovada por este Congresso Nacional.

Há mais um quadro de orçamento ao final, mas falarei um pouco, rapidamente, sobre como foram os resultados das negociações com os servidores federais.

Considero que tivemos um excelente resultado. Acredito que o resultado foi bom tanto para os servidores quanto para o Governo, porque foi possível fazer acordo com 93% do total de servidores do Executivo. Isso significa que 1 milhão e 700 mil servidores fecharam acordo com o Governo, garantindo previsibilidade para o Governo, em relação às suas despesas de folha de pagamento, e para os servidores, que garantiram a preservação do seu poder de compra.

Desse 1 milhão e 700 mil, quase 350 mil são servidores das universidades, docentes e técnicos administrativos, quase 700 mil são servidores civis, de outras áreas, e quase 650 mil são servidores militares.

Quero dizer que nós estabelecemos uma proposta comum para a maior parte dos servidores, que é um reajuste de 5% em 2013, repetido em 2014 e em 2015, que, quando somado, dá um reajuste de 15,8%, com exceção da área da educação, especialmente os docentes, mas também os técnicos administrativos, da área ambiental, de meio ambiente, e dos militares.



O INCRA também estava nessa proposta de aumento diferenciado, mas, infelizmente, o sindicato que representa esses servidores não aceitou a proposta, mesmo ela sendo superior ao que foi proposto para as demais carreiras.

O impacto, em 2013, é de 8,9 bilhões, que estão previstos no Anexo V, enviado a este Congresso Nacional.

Para os demais Poderes e para o Ministério Público, eu acredito que nós tivemos um processo de entendimentos bastante bom, bastante sereno, durante todo o ano, entre o Executivo, os demais Poderes e o MPU. Esses entendimentos ocorreram em clima de grande harmonia e respeito entre as partes, e, especialmente, eles foram conduzidos para evitar impasses. Eu acho que isso foi muito importante. Com isso, como está no eslaide, foi possível fazer acordo aqui no Legislativo, tanto com a Câmara e com o Senado quanto com o Tribunal de Contas em torno da proposta de 15,8%. O Legislativo, as 3 partes, reviu os projetos que estavam em tramitação para ter o impacto previsto nesse acordo. O impacto no Legislativo é de 285 milhões no próximo ano.

No caso do Judiciário, houve o entendimento de que nós do Executivo não teríamos condições de apresentar proposta diferente daquela que foi acordada com o Legislativo e que também foi aplicada no Executivo e de que, por essa razão, nós repetiríamos a mesma proposta junto ao Judiciário. O Judiciário aceitou, entendeu essa situação, mas também explicitou que tentaria, no âmbito do Congresso, ir além do que está proposto.

Aqui eu queria agregar que, independentemente disso, encaminhamos, para conhecimento do Congresso Nacional, em anexo, a proposta original de todos os órgãos do Judiciário, para que o Congresso tenha conhecimento e possa analisar isso durante a tramitação do Orçamento.

O impacto no Judiciário dos 15,8% é de quase 1 bilhão — serão 964 milhões de reais. No caso do Ministério Público, também a mesma proposta, tem um impacto de 123 milhões no próximo ano.

Com tudo isso, temos aqui o resumo do Anexo V do Orçamento, que tem, na sua primeira coluna, as reestruturações e aumento de remunerações, que vai dar um total de 10,3 bilhões no ano passado, quando somados Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Executivo, e uma segunda coluna com os novos ingressos e substituição de terceirizados dos diversos órgãos também, que correspondem a 2,6 bilhões de reais. Então, o Anexo V tem quase 13 bilhões de reais: 10,3 para reestruturações e aumento de remuneração e 2,6 bilhões de ingressos e substituição de terceirizados.

Por fim, um quadro em que apresentamos o crescimento das despesas discricionárias. Elas são 12,9% superiores às de 2012. E, aí, temos, órgão a órgão, quanto foi na PLOA 2012 e quanto enviamos ao Congresso Nacional na PLOA 2013. Da mesma maneira, acredito que não é o caso de ficar lendo a tabela, acho que as informações estão todas aí.

Com isso, encerro esta apresentação inicial sobre os dados gerais da peça enviada ao Congresso Nacional e me coloco à disposição para os esclarecimentos necessários.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - O Senador Romero Jucá e o Deputado Cláudio Puty têm o crédito de poderem usar a palavra no momento em que acharem adequado.

Solicito à Mesa a ordem dos inscritos para que possamos dar início aos debates. *(Pausa.)*

Com a palavra o ilustre coordenador da bancada do PSDB, Deputado Duarte Nogueira.



O SR. DEPUTADO DUARTE NOGUEIRA - Sr. Presidente, Deputado Paulo Pimenta; Relator, Senador Romero Jucá; Relator da Receita, Deputado Cláudio Puty; Ministra Miriam Belchior, Secretária Célia Corrêa, Sras. e Srs. Parlamentares, vou fazer três perguntas e duas considerações para a nossa Ministra.

Ministra, até 2012, o Ministério do Planejamento detalhava em 21 rubricas orçamentárias toda a remuneração paga aos agentes financeiros pelos serviços prestados na operacionalização de programas do Governo, como Bolsa Família, Seguro-Desemprego, abono salarial, entre outros. No ano passado, indagamos a V.Exa. os motivos pelos quais o valor dessas remunerações vinha aumentando tanto, uma vez que, ao compararmos a remuneração dos agentes financeiros das programações citadas, verificamos uma evolução desses gastos de até 352%, no caso da remuneração de agentes financeiros pagadores e operadores do seguro-desemprego e do abono salarial, e serviços de apoio à gestão descentralizada do Programa Bolsa Família, numa outra rubrica, cresceram 102% em relação ao exercício de 2011.

Infelizmente, a resposta da Ministra naquela ocasião não foi esclarecedora. Para nossa surpresa, o Projeto de Lei Orçamentária de 2013 apresenta essa despesa com valor 10% maior do que em 2012, e unificada em apenas uma rubrica, intitulada "Remuneração a Agentes Financeiros — Nacional". Ou seja, além de não explicar os aumentos exorbitantes, o Governo resolveu, como resposta às nossas observações, fechar o detalhamento da despesa de forma a impedir que a sociedade acompanhe e fiscalize os aumentos dessas despesas.

Ministra, esta não é a primeira vez que o Governo reage às nossas sugestões e críticas retirando o detalhamento da despesa e impedindo ainda mais a transparência da execução orçamentária. Portanto, indago, iniciando a primeira pergunta: quais foram os motivos que levaram o Governo a transformar as 21 rubricas das despesas do Orçamento de 2012 em apenas uma rubrica para o Orçamento de 2013?

A segunda pergunta é sobre abertura de créditos por decreto. O texto do projeto de lei encaminhado pelo Governo de V.Exa. propõe um aumento considerável no volume de despesas que podem ser movimentadas por crédito suplementar sem passar pela apreciação do Congresso Nacional, simplesmente com a edição de um decreto presidencial.

Nós temos observado uma disputa constante entre o Legislativo, tentando manter suas prerrogativas constitucionais sobre a apreciação de matéria orçamentária, e o Executivo, buscando ampliar a flexibilidade gerencial necessária à operação da peça orçamentária frente às necessidades de adaptação do planejamento concretizado na Lei do Orçamento.

Entretanto, Ministra, não podemos deixar de nos espantar com o avanço cada vez maior do Poder Executivo nessa flexibilização, uma vez que o Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2013 propõe o remanejamento de até 20% de cada subtítulo de praticamente todo o Orçamento. Considerando os parâmetros macroeconômicos previstos no projeto de lei, que estima uma inflação não superior a 5% — no caso apresentado, 4,5% —, seja pelo IPCA ou IGP-DI, qualquer liberdade de movimentação de dotações acima de 10% para corrigir possíveis desvios de programação, ressalvadas as despesas que já tradicionalmente possuem liberdade maior, como pessoal, precatórios etc., é retirar do Legislativo seu dever precípua de apreciar o Orçamento em nome da sociedade brasileira. Só a possibilidade de movimentar 30% do PAC, que no Projeto de Lei Orçamentária Anual 2012 daria a liberdade de remanejar mais de 15 bilhões, já foi motivo de grandes discussões no Congresso. A incorporação de excesso de arrecadação por créditos abertos por decreto sem passar pela análise do Legislativo quanto à destinação desses novos recursos também não fica distante dos absurdos orçamentários que tem se avançado recentemente.



Indago a V.Exa. se essa ampliação da flexibilidade orçamentária que o Governo Federal busca não prejudica a relação entre o Legislativo e o Executivo, empobrecendo a participação dos representantes da sociedade na elaboração orçamentária.

Antes de fazer a última pergunta, faço a minha primeira observação. A Ministra disse que temos aqui 52 projetos de créditos, 52 PLNs em apreciação, mas faço a seguinte observação: desses 52, 28 foram enviados agora, recentemente, no dia 15 de outubro. Inclusive são passíveis até agora, pelas regras regimentais, de emendamento. E mais: os 4 PLNs aprovados foram com o apoio da Oposição nesta Comissão Mista de Orçamento e Fiscalização. Portanto, o que basta aqui é o Governo querer colocar a sua base e nós, da Oposição, não vamos impedir que essas matérias possam ser apreciadas. Então, não é a Oposição que está criando dificuldades para que essas matérias possam ser aqui, portanto, apreciadas.

Passo à minha última pergunta, que diz respeito à transparência na localização do gasto.

O projeto de lei orçamentária encaminhado por V.Exa. apresenta um volume considerável de ações sem a devida regionalização, ampliando, assim, o leque de investimentos de caráter nacional, não contribuindo em nada com a transparência, deixando para a execução a função mais nobre do planejamento e procurando confundir ou, na melhor das hipóteses, dificultar o acompanhamento e a fiscalização da execução do Orçamento pela sociedade, num momento em que tanto se apregoa o almejado orçamento participativo.

Apenas para exemplificar, Ministra, o orçamento do seu Ministério para 2013 contém uma ação de nome Apoio à realização de Grandes Eventos — Nacional, com o valor superior a 1 bilhão — especificamente, 1.049.813.500. Pergunto: qual a finalidade dessa ação? Quais obras e/ou eventos serão realizados e em que Estados e Municípios estarão localizados? Qual o valor individualizado de cada obra ou evento? Qual o cronograma de execução dos mesmos?

Concluindo minha pergunta, Sr. Presidente, com a tolerância devida.

Seu Ministério abriu um crédito extraordinário no Orçamento de 2012 no valor de 1 bilhão e 700 milhões por meio da MPV nº 573, de 27 de junho de 2012, para o projeto de Apoio à Aquisição de Equipamentos — Nacional, cabendo às mesmas perguntas para o mesmo. Ou seja, V.Exa. não acha que seu Ministério está contribuindo enormemente para ofuscar a já tão combatida transparência do Orçamento nacional? Trata-se simplesmente de mais uma falha grosseira de planejamento ou seria mais uma forma de suprimir a transparência da execução orçamentária e colocar em prática a política de atender *à la carte*, portanto, como tem sido rotina nesta Comissão entre os aliados do Governo, em detrimento da transparência que a sociedade merece, precisa e exige?

E a última consideração, Ministra: V.Exa., como cidadã brasileira — todos nós membros desta Comissão e aqueles que nos acompanham nesta reunião sabem dos sucessivos “apagões” que temos tido no Brasil semanas a fio, o último deles tomou conta de todo o Nordeste brasileiro —, não acha um pouco surpreendente que na rubrica da ELETROBRÁS o seu Orçamento de 2012 traga 10,3 bilhões e, neste ano de 2013, acaba de apresentar 10,1 bilhões, portanto, 200 milhões a menos de investimento, no momento em que o País sucessivamente passa por “apagões” elétricos?

Ministra, mais uma vez, agradeço a elegância e a sempre disposição de V.Exa. em comparecer a esta Comissão, sempre muito cordial com todos nós, Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) Obrigado, Deputado Duarte Nogueira.



Antes de passar para o próximo Parlamentar, a título de informação, até para valorizar o trabalho de nossa Comissão, informo que o Governo encaminhou este ano para o Congresso 54 projetos de crédito. Destes, 28 vieram no dia 17 de outubro. Portanto, até outubro, foram 26. Destes 26, 10 já foram aprovados nesta Comissão. Acho que está abaixo daquilo que nós gostaríamos, mas já votamos 10. É um percentual bem superior, inclusive, ao de outras épocas.

Nós estamos aguardando a sessão do Congresso Nacional, que deve ocorrer na semana que vem. Com certeza, amanhã vamos aprovar mais um grupo, para chegar mais créditos.

Deputado João Leão, por gentileza.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Eu só queria fazer uma referência e dizer que o Brasil está caminhando bem, Ministra.

Eu quero lhe dizer, com toda honestidade, que fui Relator da LDO de 2003, e a diferença do Orçamento do ano de 2004 para o de 2013 é uma coisa gritante. Se vocês tiverem a curiosidade de pegar o Orçamento de 10 anos atrás, verão que essa diferença realmente é gritante.

Vou dar só o exemplo na questão do PAC, Ministra. Esta Comissão tem o prazer de ter ajudado todos os Governos deste País que por aqui passaram desde a sua criação, em particular o Governo Lula. O PAC, que é celeberramente alardeado, foi criado aqui, nesta Comissão, por um grupo de trabalho. Juntamos aqui os funcionários da Comissão, os técnicos desta Comissão, e criamos um grupo de trabalho. Queríamos acelerar a modalidade da aplicação de recursos neste País e criamos aqui, no relatório, o PPI — estou olhando para alguns presentes aqui que fizeram parte desse grupo de trabalho.

Nós criamos o PPI. E o PAC é o PPI, Projeto Piloto de Investimentos. E temos o prazer de ver essa ideia, que saiu daqui, desta Comissão, ser aplicado hoje pelo Governo Federal.

Trata-se de algo em torno de 162 bilhões, que são efetivos recursos do povo brasileiro, do povo! Está aplicando 52.245 bilhões de reais. Eu ia falar um nome feio aqui, aquele que a gente fala quando está muito alegre, mas vou me comeder. Isso para nós, como o Senador Jucá, que participou durante muitos anos desta Comissão, e todos os que aqui estão há 20, 22 anos, outros há 16 e outros há 4 anos, que chegaram agora. É uma satisfação para o Parlamento ver este País progredindo, porque o PAC foi criando quando nós vivíamos um dos piores momentos, no início do Governo Lula, no ano de 2003. E quando nós o criamos foi com a finalidade de consertar as rodovias federais e os portos. Era o Custo Brasil de que tanta gente falava e sobre o que discutia nesta Comissão. E, de fato e de direito, nem nós, nem o Governo, nunca havíamos feito nada para solucionar o problema. Então veio uma ideia mirabolante, e nós nos reunimos, com a participação e a aprovação do Senador Valter Pinheiro e do meu amigo querido, que era Líder do Governo na época, Gilmar Machado, que acabou de ser eleito Prefeito de Uberaba, quer dizer, Uberlândia. Uberaba e Uberlândia são a mesma coisa, só muda o nome. Então, nós criamos isso. Eu tive o prazer e a honra de ser o Relator daquela LDO. Foi quando criamos o PAC, que era o PPI nesta Comissão. E vemos hoje como está o País. Agora nós estamos preocupados com outra coisa, Presidente.

Olha, até já o estou chamando de Presidente. Meu amigo, meu companheiro que está ali já disse... *“Não, mas ela está chamando era você, menina.”* Tenha calma!

O SR. DEPUTADO CLÁUDIO PUTY -Deputado João Leão, permita-me. Sra. Ministra, nós descobrimos hoje quem é o pai do PAC, o Deputado João Leão.



O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO -A mãe é a Dilma. Filhos maravilhosos nós tivemos. Então, vocês vejam bem, nós estamos preocupados com outra coisa. A receita da União, nesses últimos dez anos, cresceu consubstancialmente. A diferença da receita dos Estados e dos Municípios é gritante, nesses últimos anos, em relação ao crescimento da receita da União. Então nós queremos colaborar novamente com o governo.

Nós estamos criando uma PEC, na qual nós tiramos um pouco do Governo Federal, de tudo aquilo que foi acrescido, após a Constituição de 1988. E as receitas foram exclusivamente para a União. Não houve participação dos Estados ou dos Municípios. Nós estamos tirando 30% disso, Sra. Ministra, mas não de uma vez. É óbvio que não pode tirar de uma vez. Vamos dividir isso aí num prazo de 8 anos. Tira-se um pedacinho no ano que vem, no outro ano, outro pedacinho, e no outro ano, e você aumenta o FPE e o FPM, dos Estados e dos Municípios.

Então, uma coisa que eu quero falar com meus colegas de Comissão é que nós estamos entrando com esta PEC para colaborar mais uma vez com o Governo Federal para que os Municípios não fiquem eternamente de pires na mão.

O que aconteceu é que a responsabilidade dos Municípios, com o advento de uma série de medidas e de programas criados pelo Governo Federal, fez com que hoje eles não tenham condições de cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, nós precisamos dar uma olhada para o FPE e para o FPM, para os Estados e Municípios. Só tenho a lhes dar os parabéns, meninas, e a toda a equipe do Governo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) -Muito obrigado, Deputado João Leão, vou fazer o encaminhamento de algumas perguntas e encerrar este primeiro bloco de perguntas; essas perguntas chegaram até nós através do e-Democracia, fórum de participação popular no debate do Orçamento.

Sr. Douglas Bastos Machado, a respeito do relatório sobre as obras da Copa do Mundo: *"Gostaria que fossem apresentados relatórios mais claros sobre o orçamento das obras da Copa de 2014, da forma que os relatórios estão apresentados no portal do TCU"*. Ele está solicitando que seja feito um encaminhamento nesse sentido.

Sr. Deny Eduardo Pereira Alves: *"Os instrumentos de participação popular têm avançado no Congresso Nacional. Qual a viabilidade e a possibilidade de inclusão de sugestões apresentadas pelo cidadão no relatório final da Lei Orçamentária? O Governo e a base aliada vão se articular no sentido de valorizar demandas que são apresentadas pela sociedade?"*

Sr. Luís Nakajo: *"Sugiro que a Ministra fale sobre a previsão de cortes orçamentários e contingenciamento, se serão utilizados critérios semelhantes aos utilizados nos últimos 2 anos."*

E surgiram várias perguntas relativas ao Ministério Público da União. Os Srs. Deny Eduardo Pereira Alves, Guilherme Gomes, Onésimo Nunes Rocha Filho, Ethel Camargo e Alan Gustavo Santana Ribeiro são alguns dos que perguntaram. *"Quais os critérios para o reajuste de 15,8% em 3 anos? São carreiras diferentes com defasagens salariais distintas. Quais os critérios utilizados pelo Governo com relação à proposta encaminhada anteriormente pelo Ministério Público da União e à proposta enviada pelo Congresso, pelo Governo?"*

São quatro perguntas apresentadas pela sociedade, que eu leio para que a Ministra possa também respondê-las. A palavra está à disposição de V.Exa. para responder ao primeiro bloco.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR -Obrigada, Presidente, vamos lá.



Caro Deputado Duarte Nogueira, em primeiro lugar, eu fiquei bastante satisfeita com sua preocupação com a transparência, porque acredito que essa tem sido uma das maiores preocupações do Governo, tanto do Presidente Lula quanto da Presidenta Dilma.

Para não falar de outras coisas, de todos os nossos conselhos de políticas públicas, nos quais é possível à sociedade discutir as políticas e os seus resultados, mas também as conferências nacionais, que são processos importantes que têm início em Municípios, com conferências estaduais, regionais e depois nacionais, e permitem efetiva participação da sociedade no desenho das políticas públicas federais. Então, eu acredito que esse é um tema importante para ser discutido no País, e é muito importante que V.Exa. o tenha levantado aqui.

Para começar, em relação a sua primeira questão, sobre a iniciativa adotada pelo Governo de agrupar rubricas orçamentárias, o nosso objetivo é tornar o Orçamento cada vez mais gerencial e também voltar, cada vez mais, a nossa gestão para resultados. Então, essa, digamos, junção de dotações tem por objetivo exatamente agregar ações que têm finalidades parecidas e que, portanto, ao serem agregadas, representam melhor os resultados que almejamos.

Mas, exatamente para evitar a redução de transparência, nós adotamos simultaneamente à decisão relativa a agrupamento de ações, a criação de um mecanismo gerencial. Isso não está na lei, mas será implementado e, inclusive, a matéria já foi enviado para o Congresso Nacional. Para facilitar todo o processo de emendamento, foi criado o Plano Orçamentário, ou seja, a abertura de cada uma dessas dotações, explicitando boa parte das questões que V.Exa. trouxe como preocupação.

Então, a despeito desse movimento geral e gerencial adotado em muitos países, além do Brasil, adotamos simultaneamente esse plano orçamentário que permitirá a qualquer cidadão, especialmente aos membros do Congresso Nacional, fazerem esse acompanhamento como era possível fazer e, nós acreditamos, de forma até melhor do que se fazia com aquele número grande de mais de 5 mil ações. Essa agregação nos permitirá um olhar melhor direcionado sobre a execução orçamentária, sem que se perca o detalhamento, o que é fundamental para que se verifiquem as questões regionais e alguma especificidade de cada ação. Então, do nosso ponto de vista, isso não reduz a transparência. Ao contrário, com todos esses planos operacionais que já foram entregues ao Congresso, será possível acompanhar detalhadamente cada ação.

Com relação à abertura de crédito, por decreto, de até 20%, este não é primeiro ano em que o Governo envia ao Poder Legislativo solicitação de autorização de limite maior para fazer remanejamentos por decreto.

Não considero 20% um valor exagerado. Se V.Exa. considerar o orçamento de qualquer empresa privada, verá que é muito comum haver mudanças superiores a 20%. Acredito que não seja um percentual exagerado. Não se trata, em hipótese alguma, de qualquer intenção de restringir o papel do Congresso Nacional, ao contrário, acredito que, como disse o Deputado João Leão, o Congresso Nacional tem feito uma série de iniciativas muito importantes, tanto na definição das políticas públicas, quanto na elaboração de cada um dos orçamentos anuais.

Então, é uma constante essa solicitação de aumento para 20%. Infelizmente, para nós, Governo, o Congresso Nacional não tem aprovado os orçamentos com esse percentual.

Gostaria de complementar os dados que V.Exa. e o Presidente Paulo Pimenta apresentaram. É verdade; até 14 de outubro, que é o prazo limite, nós havíamos enviado 24 projetos de lei, mas quero lembrar que, pelo segundo ano consecutivo, o Congresso Nacional não tem aprovado nenhum crédito no primeiro semestre. Então, há aí uma mudança que nos preocupa e chama a atenção essa informação. Mas como o Presidente Pimenta disse, a Comissão já aprovou 10 projetos e deverá aprovar alguns outros amanhã. Acho que será possível, se



conseguirem realmente realizarem sessão do Congresso Nacional, limparem a pauta, o que é fundamental para que o Poder Executivo possa tocar as ações que dependem dessas suplementações.

Em relação à transparência da localização do gasto, há um número grande de ações das quais não é possível de antemão definir a localização. Se V.Exa. acompanhou as nossas discussões a respeito do PPA, ao passado, lembrará que um dos debates mais importantes foi feito em encontros regionais pelo País, exatamente porque nos interessa fazer acompanhamento do impacto regional das políticas públicas federais. Então esse é um objetivo importante. Tem havido uma progressiva regionalização das dotações orçamentárias no nosso Orçamento.

Se analisarmos historicamente a questão, veremos claramente um esforço do Governo no sentido de fazer as dotações orçamentárias de maneira regionalizada. O caso mais claro é o da manutenção de rodovias, que era objeto de uma única dotação. Hoje são 27 dotações, uma para cada Estado do País. Essa é uma representação da importância disso para nós.

Quero tratar dos dois exemplos que V.Exa. citou. No caso dos grandes eventos, aos quais me referi na minha apresentação, esse valor de 1 bilhão e alguns milhões de reais que estão, na Copa do Mundo, relacionados ao Ministério do Planejamento, eles estão agregados, porque nós estamos terminando o planejamento da segurança, da segurança operacional, que só vai acontecer em 2014. Estamos discutindo o planejamento este ano e faremos aquisições no ano que vem. É por isso que ele está no Ministério do Planejamento, senão, ele já poderia estar tanto na área da Justiça quanto na área da Defesa, os dois órgãos que executarão esses investimentos, essas aquisições de equipamentos etc.

Então, isso ficou no Ministério do Planejamento, mas será feito o plano orçamentário da mesma maneira, assim que nós tivermos feito esse planejamento. Então, já sabemos o montante de recursos e estamos fazendo esse detalhamento. Esses recursos serão utilizados nas 12 cidades da Copa do Mundo.

Em relação ao crédito citado por V.Exa., o que nós chamamos de PAC Equipamentos, da mesma maneira... V.Exa. disse que não tem um localizador, mas como o V.Exa. sabe, a Presidenta decidiu tomar essa iniciativa no sentido de alavancar as nossas empresas de máquinas e equipamentos. Por essa razão, estamos antecipando, em um dos casos, à nossa frota de veículos do Ministério da Defesa, especialmente na área de caminhões — não só, mas especialmente na área de caminhões. Isso se espalha no País, mas ainda não tem uma destinação.

O ponto central dessa ação é alavancar as empresas nacionais de máquinas e equipamentos. Esse é o ponto central. Para alguns casos, inclusive, nós ainda estamos discutindo como será feita a distribuição desses equipamentos, por exemplo, de uma parte das patrulhas agrícolas que estão previstas. Nós estamos discutindo os critérios de distribuição dessas patrulhas agrícolas, por isso, naquele momento, não foi possível estabelecer o localizador regional. Quando nós estabelecermos o critério, ficará definido no plano orçamentário, com clareza: quantas máquinas haverá para cada Estado. Portanto, a nossa permanente preocupação com a transparência combina com a preocupação que o senhor nos traz.

Por fim, quanto à sua última consideração, relativa à redução de 200 milhões em 10 bilhões de reais, em primeiro lugar, dá quase para dizer que, nesse caso, é um valor insignificante. Segundo, essa redução corresponde a um ciclo, que também temos no caso das ferrovias hoje, de término de alguns grandes empreendimentos e início de outros, que não têm o mesmo ritmo do anterior. Então, nós já estamos reduzindo o ritmo nas usinas do Rio Madeira. Por exemplo, acabou Estreito, que foi inaugurada pela Presidenta há 15 dias. Em Santo Antônio e Jirau, está começando a diminuir o ritmo das obras e, portanto, também o desembolso, porque as usinas já entraram em operação. Santo Antônio e Jirau acabaram de ter a licença de operação, e



estamos começando outras obras que ainda não estão no mesmo ritmo das duas outras. Então, eu acho que esse não é um número significativo, e, como V.Exa. deve estar acompanhando, o Ministério de Minas e Energia determinou à ELETROBRÁS e às demais distribuidoras que passem um pente fino em todas as instalações de transmissão, só para nos precavermos, porque consideramos que temos um sistema sólido.

E, quanto à última ocorrência, a que o senhor se referiu, sobre o Norte e o Nordeste, tudo indica que tenha havido alguma falha humana. Nós estamos ainda analisando com cuidado, mas não foi um problema do sistema em si, mas sim uma eventual falha humana. O Ministério e a ONS certamente vão dar os esclarecimentos tão logo as investigações cheguem ao seu término.

Deputado João Leão, V.Exa. disse uma coisa importante relativa à evolução, nesses 10 anos, das peças orçamentárias do Governo Federal. Realmente, muito mudou, e uma parte dessa mudança tem a ver com o trabalho conjunto do Poder Executivo e Poder Legislativo. V.Exa. deu o exemplo do PAC. Eu queria dar outro exemplo: o da educação.

Se formos considerar... Não vou nem falar de 2003. Eu vou falar de 2007. O orçamento para educação era de 28,5 bilhões de reais naquele ano. Agora, em 2013, será de quase 80 bilhões de reais, ou seja, 79,2 bilhões de reais. Houve aumento de 178% nos recursos para a educação, que passaram pela retirada da DRU e outras iniciativas de recursos. Isso permitiu a expansão das universidades e das escolas técnicas. Não vou cansar os senhores com tantos dados, mas acho que em várias áreas, como o próprio PAC, mencionado por V.Exa., o Programa Minha Casa Minha Vida, com o qual ninguém sonhava.

Enfim essas políticas públicas, que têm contado com o apoio do Congresso Nacional para sua aprovação e depois têm sido implementadas pelo Poder Executivo estão fazendo do nosso País aquilo que ele é hoje, um país menos desigual, um país que está crescendo, porém garantindo distribuição de renda para mais gente e merecendo grande respeito externo.

Com relação a sua proposta de PEC, Deputado, é evidentemente que não posso achar bom perder 30% de receita. Estou certa?

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Não, não são 30%!

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Eu entendi que será lenta e progressiva.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Não, não são 30%. O Governo Federal vai perder algo em torno de 7% de receita no total, mas os 30% seriam retirados daqueles segmentos que foram criados após a Constituição de 1988, dos quais não participam os Estados e Municípios. Refiro-me às contribuições... Há um "catatau" de contribuições: PIS, COFINS, outros...

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Já anotei esse ajuste.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - E não vai perder de uma vez, Sra. Ministra, será progressivo, será progressivo...

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Está certo!

Mas acho que, junto a essa reflexão, é preciso verificar também como é que Estados e Municípios estão gerenciando sua receita própria, porque nós sabemos que uma parte — não diria que é uma parte importante —, por exemplo, dos Municípios, às vezes, abrem mão de exercer o seu direito de ter receita própria, principalmente



do IPTU, mas não só isso, e batem à nossa porta querendo aumentar as transferências. Então, acho que isso também deveria ser considerado nessa reflexão e nessa discussão que V.Exa. apresenta.

O SR. DEPUTADO JOÃO LEÃO - Outra coisa, Sra. Ministra, o que quero bem salientar é que o poder de investimento do País — e é bom que o Relator olhe isso com bons olhos — cada dia vai crescer mais, porque com esse decréscimo dos juros... Eu venho me batendo há não sei quantos anos nesta Comissão, falando do absurdo do que pagava o Governo Federal em juros da dívida pública. Com essa providência agora — até que enfim — apareceu uma mulher, uma mulher, para fazer isso, para baixar os juros deste País. E baixou na marra, na raça... Isso vai nos dar considerável acréscimo em receitas para serem aplicadas em investimentos produtivos para o País.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Obrigada, Sr. Deputado.

Gostaria agora de tratar das questões apresentadas pelo Sr. Deputado Paulo Pimenta que apareceram no *e-Democracia*, uma iniciativa da Comissão de Orçamento em relação à sociedade.

A primeira questão foi enviada por um cidadão que não achou muito claros os relatórios a respeito das obras da Copa do Mundo no Portal do Tribunal de Contas da União.

Então, gostaria de sugerir a esse cidadão que verificasse, além do Portal do TCU, as informações que nós, o Governo Federal, o Poder Executivo, colocamos no Portal da CGU, que têm maior detalhamento e talvez o agradem. Caso contrário, podemos conversar para ver quais os outros tipos de informações seriam importantes para podermos aperfeiçoar os mecanismos de informação abertos à sociedade.

Quanto à segunda questão, se seria possível aos cidadãos oferecer sugestões para elaboração da Lei Orçamentária, acho que conseguimos durante a elaboração do plano plurianual, fazer uma discussão com importantes associações, primeiro com Estados e Municípios, segundo com organizações da sociedade civil organizada.

O Brasil é muito grande, os lugares são muito distante uns dos outros, e há muitos brasileiros dos quais nos orgulhamos. Pensar em um mecanismo para poder garantir isso, é um desafio para o Poder Legislativo e para o Poder Executivo.

Em relação à questão levantada sobre cortes orçamentários e contingenciamento para o próximo ano, eu acho ainda prematuro falar sobre isso. O próprio Congresso Nacional ainda não aprovou a Lei Orçamentária, o processo está começando hoje com esta audiência pública, mas a intenção do Governo é minimizar ao máximo qualquer tipo de contingenciamento.

Por fim, a questão levantada por vários cidadãos em relação ao reajuste proposto ao Ministério Público da União, a primeira parte já respondi na minha exposição. O Anexo 5 prevê a mesma proposta, proposta igual para os servidores dos diversos Poderes, mas a proposta original enviada pelo MPU também foi anexada e enviada ao Congresso.

Eu gostaria de dizer que nós, do Poder Executivo, consideramos não haver condições de apresentar percentuais diferenciados para os servidores e também de lembrar que a média salarial do Ministério Público é a maior, se comparada com o Poder Legislativo, com o Poder Judiciário e especialmente com o Poder Executivo. Se não me engano, é de 17 mil reais, enquanto a do Judiciário é de 11 mil reais e a do Executivo é de 8 mil reais. Então ela é mais do que o dobro da média do Executivo. Então, parece-nos que garantir o poder de compra para os próximos 3 anos é uma boa proposta.



Sr. Presidente, com isso terminei a primeira leva de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Romero Jucá) -Dando prosseguimento aos trabalhos, passo a palavra ao Deputado Cláudio Puty, Relator da Receita, e, logo após, usará da palavra o Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Quero inicialmente saudar o Relator Geral do Orçamento, que preside a sessão, Senador Romero Jucá. Sra. Ministra, seja bem-vinda. V.Exa. é sempre bem-vinda a esta Casa, assim como a Secretária Célia e toda a equipe do Ministério do Planejamento, minhas saudações aos colegas Senadores e Deputados.

Quero chamar a atenção para alguns aspectos importantes: foi protocolado na semana passado o Relatório da Receita, Deputado Paulo Rubem Santiago, e algumas características, graças ao trabalho conjunto da equipe de consultores da Casa com o próprio Ministério do Planejamento e a Secretaria do Tesouro, com elementos muito importantes. O número final é parecido com o da meta de abatimento de superávit primário, ou seja, 23 bilhões de reais brutos, algo ao redor de 22 bilhões de reais líquidos, o que chamei de aposta no crescimento econômico.

Apesar dos resultados abaixo do esperado este ano no que se refere ao crescimento do Produto, nós temos tido um mercado de trabalho surpreendente, daí a aposta no crescimento de receitas previdenciárias, e uma distribuição que ficou ao redor daquilo que foi sugerido pelo Poder Executivo com relação às receitas não administradas pela União, particularmente apostando em receitas advindas de processos de concessão do pós-sal e de aeroportos, que se realizarão no ano que vem.

Temos esse número. Amanhã vamos ter oportunidade de debater aqui, e acredito que esse Relatório da Receita seja suficiente, Senador Romero Jucá, para que possamos garantir a aprovação nesta Casa do Orçamento, que é um processo obviamente político, sem maiores dificuldades.

Gostaria de chamar a atenção para o PLOA, que é uma característica dos projetos de Lei Orçamentária da Presidenta Dilma e do Presidente Lula, para um aspecto muito importante: o abatimento da meta de superávit primário. Isso obviamente desagrade aos setores liberais do nosso País — digo liberais no sentido estrito do termo —, mas os números apresentados pela Ministra demonstram que não houve contradição entre a meta de abatimento de superávit primário e a solidez fiscal do nosso Governo.

Os dados aqui apresentados demonstram uma excelente trajetória de relação dívida/PIB, que permitiu uma política monetária mais ousada. E hoje nós tivemos o resultado inclusive do IGPM, com uma inflação muito próxima de zero.

Portanto, política monetária mais ousada, com redução de juros, com inflação em patamares razoáveis, mas sem descontrole. E temos insistido que as características da nossa inflação não podem levá-la a um descontrole, principalmente com alto grau de capacidade não utilizada.

Quer dizer, nós temos condições para apostar, em 2013, em forte crescimento econômico, em condições de razoável controle inflacionário, sem descontrole inflacionário, graças às medidas fiscais, monetárias. Dentre essas, eu incluiria as características desse Orçamento, com uma inovação, tirando o grupo PETROBRAS e ELETROBRAS da contabilidade de *superavit* primário e permitindo essa redução.

Eu gostaria de saudar isso, porque é uma verdadeira ruptura com os Orçamentos ortodoxos que levaram este País a tantos anos de recessão, de desemprego, de concentração de renda. Essa é uma diferença que demarca



a característica desse Orçamento, além das outras aqui já mencionadas, entre os de Governos que antecederam o Presidente Lula e a Presidenta Dilma.

Por isso eu gostaria, sem mais delongas, de parabenizar a equipe do Planejamento e dizer que podem contar conosco aqui. O Brasil está bem governado, está em boas mãos e tem demonstrado isso nas nossas estatísticas oficiais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Romero Jucá) - Com a palavra agora o Deputado Felipe Maia.

O SR. DEPUTADO FELIPE MAIA - Quero, inicialmente, cumprimentar a Ministra do Planejamento, Miriam Belchior; cumprimentar o Senador Romero Jucá, Relator-Geral da LOA, que preside esta reunião neste momento; o Deputado Cláudio Puty, Relator da receita orçamentária 2013, e a Secretária Célia Corrêa.

Início as minhas palavras quebrando um pouco o protocolo e ainda pegando o gancho do Deputado João Leão. Quero dizer que, se a ex-Ministra e atual Presidente da República, Dilma Rousseff é a mãe do PAC e o Deputado João Leão é o pai do PAC, eu não sei exatamente quem são os filhos, eu sei que a Bahia do Deputado João Leão recebeu um neto nessa eleição para prefeito. O neto nós já sabemos quem é: é o Prefeito de Salvador. E eu peço aqui, nas minhas palavras, que a mãe do PAC e o pai do PAC tratem o neto da mesma forma como sempre trataram o Programa de Aceleração do Crescimento: com muita atenção, muito carinho e destinando muitos recursos para que se possam fazer obras edificantes no nosso País.

Mas, voltando ao espírito da nossa reunião, Ministra, eu preparei aqui, após escutar todas as observações que V.Exa. fez sobre o projeto de Lei Orçamentária 2013, que estabelece as despesas e autoriza o Governo a realizar as receitas no ano de 2013, eu gostaria de fazer três questionamentos em diferentes áreas: um na área de reestimativa da receita para a LOA de 2013; outro na área da política fiscal; e um terceiro na área do crescimento do PIB como meta de Governo.

Eu inicio pela reestimativa da receita de 2013. O Relator da receita, Deputado Cláudio Puty, propôs a reavaliação da receita estimada no projeto de Lei Orçamentária 2013, mostrando que foram subavaliadas, por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, várias naturezas de receita.

O efeito dessa decisão provocou um acréscimo de 23,8 bilhões de reais na estimativa da receita da LOA 2013. Esses recursos serão utilizados para financiar as políticas públicas priorizadas pelo Congresso Nacional, portanto, fundamentais para as regiões mais carentes do País.

Eu pergunto: tendo em vista que V.Exa. dirige o órgão responsável pela proposta da Lei Orçamentária, gostaria que emitisse a sua opinião sobre o parecer do Deputado, pois poderia ajudar numa posterior votação do relatório e aprovar ou não esse acréscimo dos 23 bilhões de reais e consequentes aumentos nas despesas orçamentárias. Essa é a minha pergunta referente à reestimativa da receita e esse acréscimo dos 23,8 bilhões de reais, que foram acrescidos pelo Relator Cláudio Puty.

No que se refere à política fiscal expansionista que será adotada em 2013, ela tem como objetivo atenuar a crise econômica, contudo, há que se considerar seus efeitos colaterais. O que V.Exa. acha sobre os possíveis efeitos, primeiro, o aumento da inflação com a política do Poder Central para fomentar a intervenção na economia, por meio do Orçamento Geral da União? Segundo, o aumento do endividamento da União para financiar o crescimento em curto prazo do PIB? Terceiro, a disputa com os investidores privados pelos recursos financeiros por meio da emissão de títulos públicos, que resultam no encarecimento dos custos de financiamento dos



investimentos privados, inibindo-os. E, por último, o aumento marginal dos custos de investimentos efetuados pela União, sempre mais onerosos do que os particulares. E, por fim, um questionamento no que se refere ao crescimento do PIB como a meta do Governo. Tomando como referência algumas declarações do Ministro Guido Mantega, como a de que o crescimento estimado em 4,5 % do PIB não será apenas um parâmetro a ser considerado no Projeto de Lei Orçamentária 2013, mas como meta a ser seguida, reascende a discussão do tema. O crescimento real do PIB poderia ser utilizado como meta para a elaboração da Lei Orçamentária? Qual é o posicionamento de V.Exa. em relação a esta declaração do Ministro Guido Mantega?

Eram esses os questionamentos que eu queria fazer a V.Exa., parabenizando-a e agradecendo-lhe a presença da Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Ilustre Senador Benedito de Lira.

O SR. SENADOR BENEDITO DE LIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Ministra do Planejamento, Miriam Belchior, minha querida Célia, companheiros Senadores e Senadoras, Deputadas e Deputados.

Sra. Ministra, vou trazer aqui dois assuntos recorrentes na atual circunstância que estamos vivendo. O Governo da Presidenta Dilma adotou uma política de atendimento para preservar com absoluta tranquilidade o emprego no País. Logicamente isso tem sido muito bom, mas, na ponta, nós encontramos algumas dificuldades.

Quero trazer, para conhecimento de V.Exa. que na semana próxima passada, após o pleito eleitoral, no meu Estado, por exemplo — porque outros Estados ainda estava em andamento o segundo turno —, nós tivemos um encontro com diversos prefeitos eleitos recentemente, outros derrotados, e outros reeleitos. E há uma única conversa entre eles, a dificuldade enorme de os Municípios brasileiros e, particularmente, os Municípios dos Estados pobres como o meu, os prefeitos estão muito preocupados porque não têm como fechar a conta para entregar à gestão futura.

O Governo, por um lado, tem puxado esse tipo de ação para atender a esse segmento produtivo, dando incentivos às grandes indústrias, por exemplo, à indústria automobilística e à indústria de eletrodomésticos branca, a indústria branca, como a chamam, usando como parâmetro o IPI e o Imposto de Renda, que são a base do FPM e FPE.

O que tem acontecido, Ministra?! É possível que V.Exa. já esteja até a par disso, porque o problema não é isoladamente do Estado “a” ou “b”, mas do Brasil como um todo. E, então, ao nos procurar, nós tivemos a oportunidade de ouvi-los. E eles fazem a seguinte indagação: na crise de 2008/2009, o Presidente Lula encaminhou ao Congresso Nacional uma medida provisória acrescentando 1% do FPM e do FPE, para atender exatamente aos Municípios a fim de que eles pudessem, no final do ano, pagar o 13º salário. Era o que tinha como parâmetro essa justificativa do Governo.

Hoje, Ministra, as folhas de pagamento estão totalmente defasadas. Há muitos Municípios sem pagar as suas folhas. Não há nenhuma previsibilidade de pagamento de 13º. E, o pior de tudo, não fecha a conta. Todos estão preocupados, porque ao terminar os seus mandatos, poderão todos ser encaminhados à Justiça, para responder pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Feito esse relato, eu faço as seguintes indagações a V.Exa.: primeiro, por parte do Governo, há alguma perspectiva de fazer com que isso possa ser reparado? Por exemplo, o Governo pretende encaminhar para o Congresso Nacional aquilo que o Presidente Lula, à época, fez: mandou mais 1% para que eles possam resgatar esses débitos que já estão acumulados e fechar as contas? Segundo, outra reivindicação que se propõe. Há alguma possibilidade ou alguma gestão junto ao Governo para que se faça uma renegociação no



INSS, com prazo muito maior? Digo isso porque a grande maioria ou praticamente 80% dos Municípios menores estão todos inadimplentes, porque não estão tendo recursos para pagar os compromissos fiscais que têm com o Governo.

Eu deixo essas duas indagações, porque, na verdade, Brasília hoje está cheia. Ontem, quando eu retornava de Alagoas, a metade do avião estava ocupada de prefeitos eleitos e derrotados. Todos estavam em busca de informação do Governo com relação à vida de cada um de seus Municípios.

Para encerrar, Ministra, eu quero cumprimentar V.Exa. pela gestão que tem feito das receitas públicas e das despesas. Eu sei que V.Exa. tem mão-de-ferro nesse particular. Quero ainda cumprimentar V.Exa. pela oportunidade que nos proporciona aqui na Comissão de Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado, Senador.

Ilustre Deputado do Estado de Pernambuco, Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Senadores, prezados Relatores, Exma. Sra. Ministra, eu gostaria de tratar rapidamente de alguns pontos.

Começo por um ponto abordado aqui anteriormente, que a Sra. Ministra já teve a preocupação de explicá-lo, mas eu quero me colocar aqui numa posição antagônica à essa explicação, porque efetivamente todos aqueles que acompanham a execução do programas do Governo Federal, sobretudo os que são compartilhados na sua execução com Estados e Municípios, sabem que o baixo nível de eficiência da realização desses programas não se dá em função da sua pulverização. Se dá, sobretudo, em função da precariedade dos entes subnacionais da Federação em elaborarem seus programas e os executarem com eficiência. Há ainda hoje Municípios que têm dificuldade de registrar os projetos aqui contratados no SICONV. Ainda hoje há Municípios que revelam dificuldades, e muitas das nossas emendas Parlamentares, e muitas das dotações do Presidente Governo Federal ficam no meio do caminho, não porque são dotações pulverizadas, mas porque são exatamente dotações que enfrentam a ineficiência, a desarticulação da máquina administrativa, o descasamento do PPA nacional, com o PPA dos Estados e de Municípios.

Então, embora a Ministra explique com muita serenidade o que acontece a partir de agora com a consolidação de programas em rubricas, ou em nomenclatura, ou em *caput* mais amplo, a nossa avaliação é a de que a explicação não convence, do ponto de vista do acompanhamento minucioso da execução desses programas.

Nós temos alguns exemplos aqui que são conhecidos desta Comissão, que são conhecidos inclusive de algumas regiões do País como o Nordeste, que tem a maior parte da população em situação de pobreza, de precariedade de investimentos sociais. E não vai se garantir com a consolidação desses programas, um acompanhamento específico, por exemplo, daquelas políticas que têm corte de gênero, que se dedicam às mulheres, às áreas quilombolas, às populações indígenas, às populações das áreas rurais distantes dos grandes centros do interior do Nordeste.

A impressão que nós temos é que o Governo encontrou uma medida de maior facilidade administrativa, que é exatamente consolidar diversos programas num único programa, porque, no momento em que aquelas dotações orçamentárias originais ficam pelo meio do caminho, é mais fácil para o Governo fazer um remanejamento daquelas dotações por decreto ou por projeto de crédito.



Então, se você tem dez programas que podem ser consolidados num só, na medida em que eles originalmente não eram consolidados na sua execução orçamentária, você fica com restos e aquilo passa a ser objeto de uma única ação de remanejamento.

Agora, como é que a sociedade vai conseguir acompanhá-los? Nas suas metas, no desembolso, nos resultados que são atingidos? A meu ver, por mais que seja prática a decisão do Governo e que facilite o controle da execução orçamentária e o remanejamento das dotações não aplicadas, isso contraria o princípio da transparência finalística, que é o cidadão lá da ponta: uma comunidade quilombola, uma comunidade indígena, mulheres trabalhadoras rurais e chefes de família na agricultura familiar não terão mais condições de esmiuçar, de destrinchar, de esquartejar aquele programa que tinha como ponto final os interesses específicos daquela comunidade, porque aquele programa passou a ser incorporado por um programa maior. Essa é a primeira questão.

A segunda questão que nos chama a atenção é a evolução gigantesca dos gastos tributários indiretos, sem que se ofereça ao Congresso nenhuma avaliação, nenhum tipo de auditoria da consequência real da evolução dessa medida de gastos tributários para o crescimento do PIB, para a elevação da renda regional direta, para o fruto da aplicação dessas desonerações.

Eu vou destacar aqui o relatório da Receita, Sra. Ministra. Em 2003, nós praticávamos 23 milhões de renúncias tributárias. Em 2008, subimos para 86 bilhões. No ano passado, a primeira avaliação da Receita era de 145 bilhões, algo em torno de 3,5 % do PIB. A estimativa para 2013 é de 203 bilhões, 4,1% do PIB, concentrados a desoneração da Receita, IPI e dos recursos da seguridade social.

Isso, na verdade, é a reforma tributária de cada dia, que beneficia apenas o andar de cima da sociedade, e o que nos chama a atenção é que nenhuma iniciativa tem sido tomada, por exemplo, para que sejam revistas aquelas desonerações praticadas a favor do capital: incidências de Imposto de Renda no juro sobre capital próprio, incidência de Imposto de Renda na remessa de lucro, que foram típicas daquele período de redução do Estado, das reformas do Estado, do Estado mínimo, da receita da compra, etc.

Estimativas recentes publicadas conjuntamente pelo IPEA e pelo SINDIFISCO nacional indicam que nós chegamos àquela ocasião a 60 bilhões de desoneração, sem que se ofereça ao País nenhuma auditoria concreta do resultado dessa desoneração. Então, estamos fazendo aqui, a cada dia, a reforma tributária que atende ao andar de cima e não fazemos a grande reforma tributária para mudar a natureza da carga tributária que é regressiva e indireta que recai, sobretudo, em cima da renda e do consumo dos assalariados e das famílias.

Última questão, Sr. Presidente. Foi dito aqui que com a redução da taxa básica nós vamos liberar recursos para investimento. Queríamos nós que isso acontecesse. O relatório da Nota Técnica Conjunta nº 8 da nossa consultoria desta Comissão aponta que a projeção de percentual de investimento do PIB para 2013 é menor do que a projeção de percentual de investimento de 2009. Em 2009, a projeção de 1,8%, foram pagos 1% do PIB. Em 2010, a projeção subiu para 2%, foram pagos efetivamente 1,3%. Em 2011, 1,7%, foram pagos 1,1%. Em 2012, 2,1%. A média até agora apurada é de 0,7%. Em 2013, a média prevista é de 1,4%, quase 25% a menos do que a meta de investimento acordada para 2009.

Na verdade, para onde está indo a folga fiscal que se pode apurar referente à redução da taxa básica? E é bom apurar que o cálculo mais adequado desse impacto não é a última decisão do COPOM, é na média. Em 2010, a média da taxa básica era de 11%. Em 2012, a primeira avaliação foi de 10,48%. No terceiro período de



avaliação, a média já cai para 8,86%. Nós estamos com menos 7,5% da SELIC. A média para 2013 é prevista para 8,03%.

Agora, o que acontece? Enquanto nós estamos reduzindo a taxa básica que incide sobre quase 35% do estoque da dívida mobiliária, não estamos aqui discutindo os outros indexadores; não estamos discutindo, por exemplo, a elevação brutal do percentual do recurso do Tesouro, que vai para os juros, que vai para o refinanciamento, que pula de 300 bilhões de reais para quase 610 bilhões e que vai para a amortização, que é quase o dobro do que era há 4 anos. Então, quem é que está carregando a desoneração? Quem está carregando, melhor dizendo, a liberação de recursos fiscais? Não é a rubrica de investimento.

Para sermos sinceros, para sermos fidedignos aos números, não podemos afirmar que agora, com a redução da taxa básica, vamos liberar investimentos. Não vamos. A proposta do Orçamento é de 1,4%, quando, em 1999, foi de 1,8%. Estamos, inclusive, abaixo da média dos países da América Latina, como foi publicado agora pelo relatório da CEPAL.

E a última questão, Sra. Ministra, nosso problema, na verdade, é conseguir fazer com que o País aumente a taxa de investimento. Confesso que não sei até hoje por que continuamos mantendo a taxa básica como referência de indexador para os papéis de longo prazo. Quando é que vamos ter a capacidade e coragem política para sinalizar para os aplicadores e para o mercado que a SELIC é indexador para as operações de mercado aberto? Mas ela não pode continuar sendo indexador para operações de longo prazo. Isso é uma benesse indevida num País que precisa aumentar a taxa de investimento para uma minoria da população que ganha sem trabalhar, ganha sem suar, ganha se produzir, ganha sem sair de casa, ganha pela Internet. Isso é uma indecência!

E concluo só lembrando que os números apresentados aqui: os juros e amortização vão levar do Orçamento do próximo ano 42%. Juros e encargos da dívida 7,6%, amortização da dívida 34,4%, num total de 42%. Todos os demais investimentos federais em saúde, PAC, educação, ciência e tecnologia, Brasil sem Miséria, defesa vão levar apenas 11,7%.

Então, ano após ano, dada a incapacidade de construirmos um pacto político nacional, um pacto político no Congresso, um pacto com as classes econômicas, nós estamos administrando o País para dar prioridade a quem vive sem trabalhar, a quem vive da renda dos papéis do Tesouro Nacional. Sinalizar, para 2013, 1,4% de investimento do PIB com recurso público é irrisório. Nós estamos quase 40% abaixo da média dos países da América Latina. E mais, nós precisamos aumentar a taxa de investimento, inclusive em ciência e inovação.

Concluo, compartilhando com a Ministra o último relatório publicado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial — IEDI. Quando ele trata do impacto da assimetria cambial na indústria, estamos numa situação de calamidade pública, do ponto de vista da nossa capacidade de industrialização, de oferecer empregos de melhor valor agregado, produção de mais alta tecnologia. Estamos correndo risco de reprimarizar o País, porque privilegiamos a remuneração da renda dos papéis de quem ganha sem trabalhar, desoneramos para o andar de cima, sem nenhuma auditoria do impacto dessa desoneração. Eu imaginava que pular de 1,1%, em 2003, para 4,1% do PIB de desoneração, significasse um Ovomaltine na capacidade de produção do crescimento do PIB. Não está significando nem papa de anjo. Nós estamos arrastando o PIB, porque os números mostram que não estamos adequadamente operando onde temos que operar.

Sr. Presidente, queria ponderar essas questões e sugerir V.Exa. que possamos desdobrar esta audiência, independentemente da presença da Ministra Miriam Belchior, numa outra jornada de debate, porque os assuntos aqui são extremamente graves e não dá para esgotá-los apenas em um dia de sessão no Congresso.



Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

Deputado Waldenor Pereira.

O SR. DEPUTADO WALDENOR PEREIRA - Sr. Presidente Paulo Pimenta, cumprimento a Ministra Miriam Belchior, saúdo os demais colegas Parlamentares.

Eu considero que diante da crise financeira que se abate sobre o mundo, com forte repercussão na União Europeia, feliz é o país como o nosso, o Brasil, que pode elaborar seu projeto de lei orçamentária sob parâmetros tão alvissareiros: 4,5% de crescimento do PIB, 4,5% a taxa de inflação, taxa de juros decrescente no patamar atual de 7,25%; dívida do setor público em declínio, dívida que, em 2002 era de 60%, hoje é de 35%, com perspectiva de redução para 32,7%; despesas discricionárias da ordem de 250 bilhões de reais; ampliação dos investimentos no PAC em 28%; na saúde, em 10,7%; na educação, em 14,4; no Brasil sem Miséria, em 16,3%; salário mínimo com crescimento real de 7,9%, alcançando o patamar de 670 reais e 95 centavos.

Na minha opinião, respeitando as particularidades aqui apresentadas pelos colegas Parlamentares, Deputados e Senadores, essa proposta, sob esses parâmetros, revela claramente o acerto das políticas econômicas, macroeconômicas e macroprudenciais adotadas pelo nosso Governo

Eu quero parabenizar a Ministra Miriam Belchior, sua equipe, e é claro que o faço parabenizando o nosso Governo por termos a oportunidade e a felicidade, diante dessa crise que atormenta o mundo, especialmente os países da Europa, de podermos elaborar e encaminhar a esta Casa Legislativa um projeto de lei amparado em parâmetros dessa natureza.

Essas são as minhas considerações, Sr. Presidente, parabenizando a nossa Ministra Miriam Belchior.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

Deputado Eduardo Sciarra. *(Pausa.)* Não se encontra mais presente.

Deputado Amauri Teixeira.

O SR. DEPUTADO AMAURI TEIXEIRA - Primeiro, eu vou fazer minhas as palavra de Waldenor Pereira, a bancada do bode — eu e ele formamos a bancada do bode, estamos fechados.

Nós deveríamos começar toda a reunião fazendo uma análise de conjuntura internacional para que determinados Parlamentares se situem no contexto em que estamos vivendo. Parece que nós estamos vivendo em mar de rosas, num mundo sem turbulências, sem crises, e nós podemos construir orçamentos com artificialismo possível. Vivemos uma realidade de dificuldade internacional, de dificuldade de arrecadação. Então, eu concordo plenamente com a intervenção do Deputado Waldenor Pereira.

Quero parabenizar também, Ministra, a proposta de Orçamento, mas eu teria algumas questões a colocar.

Primeiro, eu sou do interior da Bahia, onde passei 90 dias agora e voltei mais preocupado ainda. Eu estou vendo aqui: na integração nacional, nós saltamos de 4 bilhões, 375 milhões para 6 bilhões e 470 milhões. Está havendo uma seca na Região Nordeste que causa um impacto sem precedentes. Há um empobrecimento. A Região Nordeste se envolveu muito com as políticas do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Mas, com essa



seca, nós estamos regredindo, estamos reempobrecendo. E é necessária uma intervenção maior no que diz respeito à estrutura de recursos hídricos. Alguns, inclusive o Secretário da Agricultura da Bahia, e, aqui, também o ex-Ministro das Cidades já falaram de PAC da Seca. Nós precisamos, realmente, ter uma intervenção no Semiárido nordestino com volume maior de recursos e com menos burocracia na execução desses recursos; ter um formato... Eu entendo que o Ministério da Integração tem que ser fortalecido, porque não só nós precisamos aumentar a nossa capacidade de captação e armazenamento de recursos hídricos, recuperação de pastagens e recuperação dos rebanhos bovino, ovino e caprino. Nós estamos com uma redução de mais de 50% do rebanho dos pequenos produtores. E nós não podemos viver de Bolsa Estiagem permanentemente.

Então, eu entendo, e é bom levar em consideração que nós precisamos de mais recursos nessa área. Na esteira, não sei qual Deputado falou, eu não falaria na mesma linha, foi o Senador Benedito de Lira, mas eu acho que é possível pensar em relação aos Municípios que estão em estado de emergência. É preciso fazer o pagamento das dívidas previdenciárias para os Municípios que estão em estado de emergência, que estão vivendo na seca. Ele estão em dificuldade de adimplir e, muitas vezes, ficam impedidos de acessar recursos federais ou estaduais para minimizar o impacto da seca.

Eu quero, primeiro, parabenizar a senhora e fazer-lhe dois apelos. No ano passado, eu cobrei da senhora numa mesma reunião como esta o projeto de lei para a estruturação da Defensoria Pública, a senhora cumpriu o que disse aqui, enviou o projeto, e eu quero parabenizá-la por isso. Eu sou o Relator deste projeto de lei, amanhã vamos aprová-lo na Comissão do Trabalho. Eu quero parabenizá-la, mas, em face do enfraquecimento histórico da Defensoria Pública, eu quero fazer outro apelo e à sua sensibilidade feminina.

Está prevista apenas a contratação de 40 Defensores para o próximo ano. Eu faço um apelo para que sejam contratados os 150 concursados ainda no próximo ano, mesmo que seja fatiado ao longo do ano, reduzindo o impacto financeiro. Quero fazer o apelo para a renegociação da dívida dos Municípios atingidos pela seca.

Muito obrigado, Sra. Ministra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Com a palavra o último orador inscrito, o Deputado João Paulo Lima.

O SR. DEPUTADO JOÃO PAULO LIMA - Boa tarde, Sra. Ministra. Em primeiro lugar, queria parabenizá-la pela brilhante intervenção e lembrar que, depois que fui Prefeito por 8 anos, sentimos claramente as diferenças significativas das cidades, no Brasil inteiro. Digo isso porque administrei Recife no meu primeiro ano, de 2001, com 900 milhões; hoje o orçamento está quase 4 bilhões de reais, para a cidade do Recife.

Eu tive a oportunidade neste fim de semana de ir a três cidades do sertão de Pernambuco em que o PT ganhou as eleições: Custódia, São José do Egito e Serra Talhada. Nós sentimos duas coisas efetivas, combinando com a intervenção do nobre Deputado Amauri Teixeira. É justamente o quadro dos grandes avanços vividos econômica e socialmente pela população do Nordeste, em particular, de Pernambuco. A situação do Nordeste, hoje, é outra.

Centenas e centenas de casas construídas por meio do Programa Minha Casa Minha Vida demarcam uma nova visão da geografia de muitas cidades do interior do Estado, somando-se isso às diversas políticas sociais que muito melhoraram a condição de vida do povo nordestino, inclusive na área da caprinocultura.

Essencialmente em relação ao que o nobre Deputado Amauri Teixeira colocou, nós estamos vivendo uma ameaça significativa de perda dessas conquistas todas, já com a perda da agricultura, e uma perspectiva, a curtíssimo prazo, de cidades como São José do Egito que entraram em colapso de abastecimento. Então, a



situação em que vive aquela região é muito dramática. Nós temos em Serra Talhada, um grande polo econômico e de desenvolvimento da região, também ameaçada de um colapso.

É lógico que a gente sabe dos investimentos que o Governo Federal vem fazendo e toda a sua atenção, mas eu diria que talvez só quem vá à região é que pode ter a dimensão da gravidade daquela situação.

Então, eu queria pedir à Ministra — sei do olhar do Governo, da preocupação da Presidenta —, mas que olhasse com mais carinho para aquela região neste momento crítico, porque a água é vida.

Do ponto de vista das mudanças dos Municípios, o que ocorreu? Ocorreu um crescimento econômico muito grande nas cidades; normalmente, os Prefeitos correram com o crescimento. Eu digo isso porque, quando eu assumi a Prefeitura do Recife, nós só tínhamos 6% de cobertura do Programa de Saúde da Família, Ministra; 6% de cobertura do Programa Saúde da Família. Hoje, nós estamos com 66%. Isso significa que parcela significativa da população estava sem assistência nenhuma. Aí, começam a aparecer as doenças, porque as pessoas estão tendo atendimento. Conseguimos erradicar a taxa de filariose, e, conseqüentemente, a população chega a um estágio e quer mais. Isso é normal da natureza humana. Com a queda, essencialmente, com a crise internacional, às vezes, eu fico pensando como o Governo tem reagido a um quadro internacional tão difícil.

Então, muitas vezes, nós não temos a dimensão de que nós estamos conseguindo manter. É quase que uma mágica, mas, acima de tudo, é a política da nossa Presidenta Dilma Rousseff que vem mantendo, à custa de muito sacrifício.

Nós sabemos que o quadro é difícil. A propósito, eu diria, até para manter essa própria política. Na verdade, quando eu fui Presidente da Frente Nacional, havia a discussão da reforma tributária. Por quê? Porque, essencialmente, eu digo isso — a Ministra falou em Município que perde algumas despesas —, eu digo que nós fizemos a política fiscal para 27 categorias na cidade, Ministra. E não me arrependo disso, porque nós vivíamos, em Recife, por exemplo, num setor como o de laboratórios, em que Recife cobrava 5%, mas Olinda cobrava 2%, outra cidade na vizinhança cobrava 1%, e, essencialmente, a arrecadação, os empresários de lá viviam na condição de quase clandestinidade. Nós fizemos um entendimento, e isso foi administrado. A cidade começou a arrecadar mais, inclusive, com a redução.

Portanto, eu acho que essa discussão não pode estar só nas mãos do Governo Federal. Nós temos que ter a visão de um novo Pacto Federativo. Nós temos uma obra na cidade do Recife, por exemplo, que nós começamos quando eu fui Prefeito da cidade, de mais de 400 milhões de reais; em Recife, seria impossível haver uma obra como essa, se não fosse o PAC.

Em Recife, só do PAC, há um projeto, só uma obra de mais de 400 milhões que entram na cidade e que, por mais política de reforma tributária que houvesse, não entrariam se não fosse com recursos da União.

Então, não existe só um lado, não é? Não existe só um lado. Nós temos que administrar uma reforma tributária com o carro em movimento: é como trocar o pneu com o carro em movimento.

Trata-se de uma questão muito delicada, e é preciso haver um pacto também com os Estados. A maior dificuldade que nós tivemos foi com alguns Estados na implantação da reforma tributária, haja vista que os Municípios aumentaram a sua arrecadação, como nunca aumentaram, a partir do Governo do Presidente Lula.

Faço questão de fazer esses registros políticos aqui, por testemunhar isso, na condição de Prefeito e ter vivido isso efetivamente na condição de Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos.



Quero parabenizá-la pela grande contribuição e pela riqueza da exposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Muito obrigado.

Temos agora a manifestação do ilustre Senador Romero Jucá, nosso Relator- Geral do Orçamento. Posteriormente, a nossa Ministra dará as respostas neste último bloco de perguntas e fará as suas considerações finais.

O SR. SENADOR ROMERO JUCÁ - Sr. Presidente, Sra. Ministra Miriam Belchior, Dra. Célia, da SOF, Srs. Parlamentares, Srs. Líderes, Senadores e Deputados, primeiro, eu quero apenas fazer o registro da importância da vinda da Ministra Miriam Belchior, da explanação precisa, do demonstrativo de que este Orçamento leva em conta a responsabilidade fiscal — este é um dado fundamental, pela realidade econômica que o mundo vive. Eu acho que o Brasil sinalizar que vai de 35% para 32% a dívida do setor público, em declínio, é algo extremamente importante no contexto mundial no qual nós vivemos. Esse é um dado que, por si só, demonstra efetivamente a forma como o Governo está encarando a receita, a despesa e os investimentos públicos.

Quero dizer que vou precisar muito da ajuda dos Parlamentares, Senadores e Deputados, para que nós tenhamos a condição de fazer aqui um relatório que leve em conta os anseios do Congresso, mas que efetivamente leve em conta também a responsabilidade fiscal. Não podemos sair desse rumo. Sair desse rumo é andar contra o Brasil. Não podemos ter, na verdade, a tentação de efetivamente dar um passo maior do que a nossa perna. Vamos trabalhar com muita responsabilidade, com muito cuidado e com muita rapidez. Como é ano de eleição, na verdade, todo o trabalho, Senador Benedito de Lira, ficou compactado agora para o mês de novembro e uma parte para o mês de dezembro.

Nós vamos apreciar nesta semana, eu espero, o relatório do revisor da receita, o Deputado Cláudio Puty. Eu espero, na próxima semana, termos condição de aprovar já o relatório preliminar, para descentralizarmos os recursos e efetivamente começarmos a discutir a contribuição do Congresso, a fim de melhorar este Orçamento.

Gostaria de fazer só um registro, Ministra. Em relação ao que disse o Deputado Amauri, eu tive oportunidade de falar no Ministério da Fazenda, de falar também com o Vice-Presidente Michel Temer, que, pelo que sei, já conversou com a Presidenta Dilma. Nós temos um drama hoje: a situação, principalmente, dos Municípios que dependem do FPM. A queda do FPM é algo brutal para os pequenos Municípios. Isso está inviabilizando os Municípios de terem, inclusive, a condição de se habilitarem a recursos federais e a convênios. Muitos deles fizeram uma pactuação com o INSS em até 60 meses. Dá uma parcela fixa grande. Com a queda da receita, essa pactuação está sendo retirada do FPM e está inviabilizando muitos Municípios até mesmo de pagar a folha de pagamento.

Eu já tratei isso com o Governo Federal. Apresentei hoje uma emenda, a Medida Provisória nº 585, cujo prazo vence hoje, propondo um grande repactuamento das dívidas do INSS para o que já venceu. Qual é o raciocínio? Se o prefeito não pagar aquilo que já venceu, ele vai ficar inadimplente e não vai pagar também aquilo que vai vencer — ele não vai pagar a prestação vincenda. Isso vai prejudicar, efetivamente, o fluxo de receita da Previdência. Nenhum de nós quer isso. Queremos, ao mesmo tempo, manter a receita do fluxo da Previdência para as operações vincendas e queremos que os prefeitos que estão deixando os Municípios adimplentes em condições de encerrarem os seus mandatos, deixando para os prefeitos que estão assumindo um Município adimplente, em condições de fazer convênios.

Portanto, eu gostaria de registrar esta preocupação, que é de todas as bancadas. Nós temos conversado no Senado: eu e o Senador Benedito de Lira já trocamos ideias sobre esta questão. Peço o apoio também do



Ministério do Planejamento nessa discussão, a fim de que viabilizemos, efetivamente, os Municípios brasileiros para terem condições de se habilitarem. Caso contrário, eles não as terão.

Fica este registro, fica o nosso compromisso de articulação permanente com a área do planejamento, com o Governo Federal, com os Ministérios, com os setores, visando a abrir o diálogo. Efetivamente, estamos sendo demandados por diversos setores que têm demandas importantes, mas nós daremos os passos que forem possíveis, dentro deste espírito de responsabilidade fiscal e de compromisso com o futuro do País.

Nós queremos um Orçamento mais exequível, mais executável, menos contingenciável. É por meio da discussão entre o Executivo e o Congresso que vamos chegar a isso, melhorando a peça orçamentária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - Não havendo mais nenhum Parlamentar que tenha pedido a palavra, vou passá-la de imediato à Ministra, agradecendo mais uma vez a sua presença.

Estamos dentro da nossa previsão, Ministra. São 16h56min.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - V.Exa. é bom em previsão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Pimenta) - A palavra está à sua disposição.

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Vou usar mais do que 4 minutos, não muito mais do que isso.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Relator da Receita, o Deputado Cláudio Puty, ao Deputado Waldenor Pereira, ao Deputado Amauri Teixeira e ao Senador Romero Jucá as observações que fizeram aqui a respeito da evolução da economia brasileira, dos avanços que foram obtidos nesses últimos 10 anos. Assim, eles me pouparam de eu mesma fazer essas observações, de modo que eu agradeço e assino embaixo cada uma delas.

Em relação às observações e aos questionamentos do Deputado Felipe Maia, no que se refere à reestimativa da receita, o senhor sabe que é tradicional o Congresso Nacional fazer uma reavaliação da receita, até mesmo para garantir algumas prioridades estabelecidas, a partir dos Relatores setoriais. Há sempre aqui um debate entre o pessoal do Tesouro e a Consultoria do Congresso Nacional sobre quem acerta mais a receita. Tempos atrás, o Congresso até acertava mais, agora está bem menor essa diferença. Então, cada vez mais, vimos aperfeiçoando os mecanismos, os parâmetros e temos conseguido acertar com maior acuidade a receita do ano subsequente.

Eu acredito, como disse o Relator Puty, que há algumas coisas que nós não tínhamos feito mesmo, por exemplo, a receita proveniente das concessões. A Presidenta tinha recentemente lançado esse programa novo de concessões de rodovias e, especialmente, ferrovias, e aí nós não incorporamos isso no processo. Então, esse foi um complemento que o Relator fez e nós o consideramos bastante apropriado. Os outros eu não vi com detalhe ainda, porque ele é recente, se não me engando, de quinta-feira. Então, eu não fiz ainda uma análise mais pormenorizada para poder fazer outras observações em relação ao relatório.

Em relação à política fiscal, caro Deputado, eu acredito que há uma coisa que esses 10 anos já demonstraram, e alguns dos Parlamentares que eu citei há pouco já reafirmaram isso aqui. Nós temos uma preocupação grande com a política fiscal, com o controle da inflação, enfim, com a condução da política fiscal do Governo. Já o demonstramos nesses 10 anos, e eu acho que são anos suficientes para não haver desconfianças em relação às nossas intenções.



Da mesma maneira, nós temos uma preocupação adicional e uma visão específica em relação a como agir em momentos de dificuldades econômicas, seja as daqui de dentro, mas especialmente as que nos tem atingido por causa da crise internacional. Não é o caso de pisar o breque, mas botar o pé no acelerador. Isso já deu certo em 2008 e 2009, e é com essa perspectiva que a nossa Presidenta continua trabalhando. Então, continuamos com o tripé macroeconômico intocado, mas estamos olhando o horizonte de maneira diferenciada da que se olhava antes desta última década em que estamos à frente do Governo.

Em relação aos dados levantados e ressaltados por outros Parlamentares, como a redução da dívida pública, posso dizer que agora é que conseguimos, depois de tantos anos, garantir a estabilidade econômica, o que está permitindo, com a robustez da política fiscal, a redução dos juros. E isso é fundamental para a nossa competitividade e para os investimentos do setor privado, como o senhor colocou aqui. São exatamente estas as condições que nós estamos permitindo: redução de juros, aumento do crédito, tudo isso para garantir maior investimento privado. Então, eu acredito que essa condução está em sintonia com quem está preocupado com maior investimento no País, seja público, seja privado.

Em relação ao crescimento do PIB, a gente considera que seja um parâmetro razoável para o estabelecimento do Orçamento. E lembramos, só como parâmetro, um órgão extremamente cuidadoso nas suas previsões que, em princípio, sempre orienta a pisar o freio diz que o Brasil vai crescer praticamente 4% no ano que vem. Esse órgão é o FMI. Então, falar em 4,5% é — alguns diriam — até menos ousado do que deveríamos. Eu acho que eu peguei fundamentalmente as suas três questões, Deputado.

O Senador Benedito de Lira colocou a situação dos Prefeitos, que também foi levantada pelo Deputado Amauri Teixeira, pelo Deputado João Paulo Lima e pelo Senador Romero Jucá. Eu vou responder a todos no mesmo pacote. Eu acho que, como disse o Deputado João Paulo, a situação muito em relação ao que era para o que é. Isso vale para a seca também, mas vou falar sobre isso depois.

Da mesma maneira que o Deputado João Paulo foi Prefeito, antes de vir para o Governo Federal eu fui Secretária Municipal, num momento em que o Governo Federal não ajudava os Municípios em absolutamente nada. Os Municípios tinham que resolver os problemas urbanos com os seus próprios recursos. Com o Ministério das Cidades, que o Presidente Lula criou no primeiro dia do seu mandato e, depois em 2007, com o PAC, que ele criou no primeiro mês do seu segundo mandato, com uma das linhas exatamente para ajudar Estados e Municípios, isso tem permitido investimentos importantes na área de saneamento, urbanização de favelas, mobilidade urbana, entre outras importantes políticas públicas.

Nós entendemos, sim, que há uma situação específica neste momento com os Municípios, da mesma maneira que houve em 2008 e 2009. A Ministra Ideli Salvatti recebeu a representação da Confederação Nacional dos Municípios, em que foi apresentada uma série de demandas ao Governo Federal; a Presidenta determinou a análise de todas essas demandas e nos deu um prazo para trazer uma avaliação sobre cada uma delas, ou seja, a nossa Presidenta está sintonizada com essa situação. Eu estava presente, por coincidência, quando ela despachou com o Senador Jucá, ocasião em que ele também levantou essa questão. Portanto, há essa sintonia. É claro que a algumas das demandas, talvez, não seja possível atender pelo que elas representam, mas, de qualquer maneira, está sendo feita uma análise e há um entendimento claro do Governo em relação ao momento delicado por que alguns Municípios estão passando. Assim, estamos analisando todas essas propostas, para ver o que é possível atender.

Eu queria voltar à questão que também foi colocada pelo Deputado Duarte Nogueira em relação à mudança que nós adotamos de agregação das ações orçamentárias. Eu quero reafirmar ao senhor, que é um dos Deputados que me conhece há mais tempo e, portanto, sabe do meu compromisso com a transparência. Então, partindo



desse ponto de vista, quero lembrar essa nossa militância conjunta para dizer que eu não mudei minhas convicções a respeito da necessidade da participação e do acompanhamento da sociedade das ações de Governo e, portanto, eu não adotaria nem propositiva à nossa Presidenta alguma medida que restringisse a capacidade da sociedade de acompanhar as ações do Governo.

Para tocar exatamente na questão que o senhor colocou, quando nós fizemos o processo de discussão do Plano Plurianual, criamos um fórum com a sociedade civil para discutir como faríamos o acompanhamento. Se é importante discutir durante a elaboração, ainda mais importante é discutir o acompanhamento da execução. Temos essa convicção. Então, criamos um fórum com entidades da sociedade civil — inclusive, a Célia é quem acompanha esse grupo — e temos discutido a maneira de acessar o Orçamento, seja com senhas para os sistemas relativos à execução orçamentária, seja propriamente os resultados mesmos das políticas públicas. Essa discussão é conduzida pela Secretaria-Geral, pela equipe do Ministro Gilberto Carvalho.

Entre as decisões que nós temos adotado no âmbito desse grupo de trabalho, está exatamente a de que vamos dar prioridade, nos planos operacionais e no acompanhamento da execução, para as políticas setoriais, exatamente aquelas que o senhor citou aqui — de gênero, de raça, para criança —, que são as coisas mais difíceis de ver, que não são tão óbvias. É preciso pegar a execução na educação, na saúde, na assistência ou no desenvolvimento agrário, por exemplo, porque a soma dessas políticas todas é que dá a política global para cada uma dessas políticas matriciais. Eu acho que as pessoas vão receber por *e-mail*, com a regularidade com que discutimos, o resultado disso.

Então, aqui quero reafirmar ao senhor que tanto a Célia quanto a equipe da Secretaria-Geral estão à disposição, caso o senhor queira discutir e, inclusive, dar sugestões para que a gente melhore cada vez mais a transparência, porque esse é o nosso objetivo.

Em relação aos resultados dos gastos tributários indiretos e das desonerações a que o senhor se referiu, eu gostaria que o senhor desse uma olhada nos planos orçamentários que nós mandamos aqui para o Congresso, como adendo, até para conhecer como está previsto o detalhamento das ações orçamentárias.

Quanto à questão das desonerações, o TCU é um órgão auxiliar desse poder e está fazendo, junto à Fazenda, um acompanhamento bastante pormenorizado do resultado das desonerações. Eu não tenho o relatório, porque isso se dá diretamente com a Fazenda, mas acho que é uma possibilidade de conhecer melhor esses resultados.

Nós temos alguns objetivos. Acho que essas desonerações foram muito importantes no momento da crise 2008/2009. Crescemos muito bem em 2010, e nós acreditamos que alguns dos fatores para que isso tenha ocorrido tenham sido as desonerações. E mesmo este ano, com esse contexto internacional bastante difícil, a despeito de o crescimento não ser o que nós gostaríamos, ele está bastante além do que a gente consegue ver, além das nossas fronteiras.

Em relação à projeção de investimento que o senhor citou, o senhor pega o ano de 2009, que é exatamente o ano em que o PIB foi ligeiramente negativo. Esse, digamos, não é o melhor ano para se fazer uma comparação de série histórica, ou, no mínimo, isso precisa ser considerado na análise, para se poder fazer conclusões a respeito dessa evolução.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Mas a previsão ainda está menor do que a de 2010, quando crescemos 7,2%.



A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Não, se a gente olhar, ele está crescendo todos os anos. Nós consideramos que investimento não pode ser só público, tem que ser privado também. Então, a gente precisa trabalhar nas duas direções. Mas eu acho que o mais importante desta nossa discussão é o consenso da importância que o investimento tem para o crescimento sustentável do nosso País. Eu acho que isso ter virado consenso no País é muito importante, tendo em vista momentos anteriores que nós vivemos, em que isso não era considerado fator importante para nossa economia.

Em relação ao fato de a SELIC ser o parâmetro de referência para os títulos nossos, eu queria dizer apenas duas coisas. A primeira é que a participação da dívida que é atrelada, portanto os títulos, à SELIC está caindo muito rapidamente e, cada vez menos, ela é a referência. A segunda é que a própria queda de juros que vem sendo implementada é importante desestimulador da postura de ganhar sem trabalhar. Só para não ir muito longe, os nossos fundos de pensão já têm hoje uma postura muito diferente da necessidade de buscar investimentos produtivos, porque não dá mais para ficarem apenas com a aplicação financeira para fazer valorizar o patrimônio dos seus associados. Então, eu acredito que nós estamos no rumo em relação à preocupação que o senhor aponta neste momento.

Deputado Amauri Teixeira, já que o senhor aproveitou para falar da Defensoria, eu quero dizer ao senhor que nós temos, aqui no Congresso, 19 projetos de lei de criação de cargos. São 16 mil cargos que estão esperando aprovação, entre eles os da Defensoria, mas também da Educação, da Fazenda, da Integração Nacional, para a SUDAM e para a SUDENE, para analistas de infraestrutura, para dar mais musculatura aos Ministérios que são responsáveis pela execução das obras do PAC.

Eu sei que a Comissão do Orçamento não é a que toca diretamente isso aqui, mas queria também solicitar aos senhores que dessem bastante atenção para esses projetos de lei. Os da Educação são fundamentais para a expansão das escolas técnicas e das universidades; os da Defensoria, eu não preciso dizer as razões, os senhores, sempre que eu venho ao Congresso me perguntam sobre novas nomeações para a Defensoria. Então, eu queria pedir atenção dos senhores para essa questão.

A outra coisa que o senhor coloca é a questão da seca, e aqui não poderia haver um momento mais oportuno. Em primeiro lugar, vindo já do Presidente Lula e continuando com a Presidenta Dilma, têm sido programados, através do PAC, grandes investimentos estruturantes para garantir a hídrica no Nordeste, não só o São Francisco, mas um número grande de empreendimentos, como o Canal do Sertão Alagoano, o Cinturão das Águas do Ceará, a Vertente Litorânea Paraibana, a Adutora do Agreste, em Pernambuco. Todas as intervenções, algumas na casa de 1 bilhão de reais, são investimentos fundamentais para levar a água de onde existe para onde não tem. Eu acho que esse é um trabalho que vem sendo feito nestes últimos 10 anos, mas que são obras...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR - Esse é o Projeto de Integração do Rio São Francisco, que é o mais estruturante de todos.

Então, essa sempre foi uma preocupação. É claro que, por uma situação climática, nós estamos vivendo, este ano, uma situação mais crítica. Quero dizer para os senhores que, inclusive, cheguei uns 15 minutos depois, porque, hoje pela manhã, fiquei numa reunião longa com a Presidenta exatamente para balanço das ações da seca, que ela convocou para hoje de manhã.



Em abril, quando o Ministério de Ciência e Tecnologia, através do Dr. Nobre, apresentou a ela a previsão que tínhamos para este ano, no Nordeste, ela imediatamente aproveitou uma reunião de Governadores do Nordeste que ocorreu em Aracaju, para apresentar uma série de propostas aos Governadores.

Eu vou contar, inclusive, uma coisa que aconteceu. O Governador Cid Gomes estava ao meu lado nessa reunião, e ele tinha uma lista de questões de que queria falar. Conforme a gente apresentava as propostas, ele ia riscando a lista, e então brincou comigo: *“Miriam, não vai sobrar nada para eu falar, porque as propostas que eu tinha estão incorporadas no que a Presidenta está apresentando aqui hoje”*.

Então, eu acho que a Presidenta está muito atendida, sintonizada com essa questão. Ela tomou as medidas naquele momento; hoje pediu uma avaliação geral e tirou uma série de encaminhamentos.

Tenho uma notícia que, se não é excelente, é muito boa, porque um dos efeitos que estavam causando essa seca, que é o El Niño, está se dissipando. Então ela deve minorar. O risco era que a mesma situação que nós temos este ano se repetisse no ano que vem, mas essa era a nossa visão de abril; a visão que foi apresentada hoje é menos grave. Isso não quer dizer que a situação será resolvida e voltará aos anos bons, mas que é menos crítica do que estava previsto no primeiro semestre.

Eu quero lhe dizer que, além das ações emergenciais — carro-pipa, furar novos poços, garantir tanto a safra quanto a estiagem —, há também a questão do milho.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. MINISTRA MIRIAM BELCHIOR -Exatamente, para garantir as matrizes para manutenção dos rebanhos dos pequenos agricultores. Isso se deu com bastante sucesso.

Nós discutimos também com os Governadores, na sequência daquela reunião, uma série de outras obras importantes para garantir o abastecimento de água à população. Com isso, foram selecionados 2,2 bilhões de reais adicionais para obras em todos os Estados que têm Semiárido para exatamente enfrentar essa situação.

Então, eu acredito que nós conseguimos tomar medidas e implantá-las rapidamente, o que tem minorado, se não os efeitos completos, de maneira substantiva a situação.

Comentamos hoje de manhã que não se ouve falar em saques e muito menos em grande movimento de saída das pessoas do Semiárido para as cidades, o que nos parece que conseguimos garantir condições mínimas para manutenção das famílias nesse período.

Acho que, de seca, não esqueci nada aqui e, de Municípios, também já falei.

O Deputado João Paulo falou dessa diferença, de como era fazer tudo sozinho e como é diferente poder ter ajuda do Governo Federal, e também falou da seca. Ele ainda falou da política tributária, o que de fato é uma discussão que o nosso País precisa fazer e que é muito difícil, porque há muitos bons interesses de Estados, Municípios e do Governo Federal.